

O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: A LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP

MARIELLE VIVE CAMP: THE FIGHT FOR POPULAR AGRARIAN REFORM IN THE CAMPINAS METROPOLITAN REGION

CAMPAMENTO MARIELLE VIVE: LA LUCHA POR LA TIERRA Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA REFORMA AGRARIA POPULAR EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE CAMPINAS

Tassiana Barreto de Barros Moreira

tassianab@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar e debater sobre o Acampamento Marielle Vive (MV) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Valinhos/São Paulo (SP), onde cerca de 400 famílias vivem e lutam por reforma agrária desde 2018. O Acampamento MV é concebido através da luta por terra e contra o capital imobiliário, representado pela Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, irregularmente improdutiva até ser ocupada pelos sem terra que colocam em xeque a expansão descontrolada da especulação nesta região onde predomina a territorialização de condomínios horizontais de luxo. Pretende-se, a partir deste território, estudar a atualidade da luta pela terra em contextos metropolitanos, no caso Região Metropolitana de Campinas (RMC), a partir das experiências do MST de Comuna da Terra e do programa agrário da Reforma Agrária Popular. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas metodologias como entrevistas, levantamento de documentos e bibliográfico, bem como pesquisa participante.

Palavras-chave: reforma agrária; crise capitalista; organização popular; especulação imobiliária; Acampamento Marielle Vive.

ABSTRACT: This article aims to analyze and discuss the Marielle Vive (MV) MST Camp, in Valinhos, São Paulo, where about 400 families live and fight for agrarian reform since 2018. Valinhos is a town located in the greater metropolitan region of the city of Campinas (RMG). The MV territory is conceived through the struggle for land against real estate capital, represented by Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, which is a plantation that was classified as unproductive, making it subject to expropriation and settlement as an agrarian reform project. From the example of this territorial dispute, the article examines the contemporary struggle for land in metropolitan contexts, based on the MST experience of Comuna da Terra and Popular Agrarian Reform. The research included the use of qualitative methodologies as well as participant-observer data collection.

Keywords: agrarian reform; capitalist crisis; popular organization; real estate speculation; Marielle Vive Camp.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar y discutir el Campamento del MST Marielle Vive (MV), en Valinhos/SP, donde cerca de 400 familias viven y luchan por la reforma agraria desde 2018. El territorio del Marielle Vive es concebido a través de la lucha por la tierra contra el capital inmobiliario, representado por Eldorado Empreendimentos Imobiliários, irregularmente improductiva hasta que fue ocupada por los Sin Tierra, que cuestionan el predominio y la hegemonía de la especulación en una región de condominios horizontales de lujo. Se pretende, a partir de este territorio, estudiar la actualidad de la lucha por la tierra en contextos metropolitanos, en el caso la Región Metropolitana de Campinas (RMC), a partir de las experiencias de Comuna da Terra y Reforma Agraria Popular del MST. Para la investigación, fue utilizado métodos cualitativos, entrevistas y participante.

Palabras clave: reforma agraria; crisis capitalista; organización popular; especulación inmobiliaria; Campamento Marielle Vive.

INTRODUÇÃO

O Acampamento Marielle Vive (MV), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possui atualmente cerca de 400 famílias que realizam a luta pela terra em Valinhos, estado de São Paulo, na Região Metropolitana de Campinas (RMC) desde 2018. Enquanto processo de luta histórico da luta na RMC, o MST protagoniza ações e a organização popular por reforma agrária desde a década de 1980. Nos processos de construção de acampamentos, assentamentos e resistências, observa-se as diferenças de cada período histórico no tocante ao desenvolvimento do capital e aos desafios enfrentados a partir de suas expressões no campo nesta região, assim como nas táticas, estratégia e aprendizados políticos do MST conforme acúmulo de experiências e diferentes enfrentamentos impostos pela realidade concreta.

Em abril de 2018, famílias organizadas pelo MST ocuparam a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários como forma de denunciar o uso improdutivo da área então destinada a especulação imobiliária e reivindicar a constituição de um assentamento rural, levantando barracos, construindo local de moradia, produção e resistência desde o início da ocupação. Além da improdutividade, as famílias denunciaram o uso da área para a construção de um condomínio horizontal de luxo devido seu impacto em relação à segregação espacial e à questão ambiental. O Marielle Vive se contrapõe a este modelo de desenvolvimento e propõe a construção de um assentamento ambientalmente e socialmente sustentável para a região. Portanto, há um conflituoso processo de luta entre a proposta de reforma agrária do MST e a de construção de condomínios horizontais de luxo da empresa denominada Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda (FEEL) na Fazenda Eldorado no município de Valinhos (SP).

A especulação imobiliária tem avançado sobre áreas rurais na RMC, transformando regiões outroras agrícolas em local de construção imobiliária (Santos Junior, 2009). Valinhos é uma referência de município que possui condomínios de alto e médio padrão no qual o avanço do capital imobiliário foi determinante para sua configuração espacial nas últimas décadas. A região da Serra dos Cocais, onde se localiza o MV, tem sido vetor de expansão de condomínios de luxo devido a localização próxima às grandes rodovias que possibilitam acesso fácil aos municípios como Campinas e São Paulo, a sua beleza paisagística, existências de áreas agrícolas e pelos fragmentos de vegetação originária preservada.

Além das denúncias e exigências em torno ao direito à terra e a reforma agrária, as famílias do MV constroem diariamente, há 6 anos, uma forma de uso do espaço e organização comunitária de modo a demonstrar a viabilidade do projeto de assentamento,

através da produção de alimentos agroecológicos, organização coletiva de espaços da comunidade como Cozinha Coletiva, Saúde, a Escola Popular Luis Ferreira, Ciranda Infantil, atividades culturais, entre outros. Também são muitos os desafios enfrentados pela comunidade como riscos de despejo, precariedade material, e ataques de diversas ordens para forçar as famílias a saírem da área. Em 18 de julho de 2019, o acampado conhecido como Seu Luis, um homem de 72 anos de idade, foi assassinado durante um ato político que exigia abastecimento de água potável no MV. O caso revoltante do assassinato do Seu Luis expressa o contexto conflitivo da luta pela reforma agrária no país seja no enfrentamento ao agronegócio ou à especulação imobiliária, assim como, a resiliência da comunidade que, sob tantos ataques, também luta por justiça e pela prisão do assassino Leo Ribeiro.

Compreendendo as questões estruturais do capital, em especial seu impacto nas grandes cidades, local onde morava a maior parte das famílias do MV antes de chegarem ao acampamento, com a especulação imobiliária, que impõe o predomínio do capital rentista à terra, trazendo segregação, gentrificação e alto impacto social e ambiental, podemos observar questões centrais que envolvem a luta pela terra realizada pelo Acampamento Marielle Vive. Através da pesquisa participante realizada ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, realização de entrevistas com acampados/as e dirigentes do MST, análises de documentos e levantamento bibliográfico, este artigo faz parte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada “O Acampamento Marielle Vive: da desigualdade socioespacial à luta pela terra contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP”, defendida pela autora em março de 2023.

Além dos aspectos da crise estrutural do capital e como esta incide em diversas esferas na formação do MV, observamos o processo histórico e a movimentação política e teórica do MST enquanto elaborações e lutas sobre a atualidade da luta pela terra. Vamos nos dedicar a compreensão de duas propostas do MST, a primeira, elaborada principalmente durante a primeira década do século XXI, é a Comuna da Terra enquanto proposição de realização de lutas pela terra e de projeto de assentamento em grandes metrópoles urbanas com base social formada pelos/as trabalhadores/as urbanas. A Comuna foi uma estratégia fundamental para a territorialização do MST na RMC no início do século XXI.

A segunda, já da segunda década do século XXI, é o Programa de Reforma Agrária Popular (RAP), quando o MST amadurece a análise sobre a crise estrutural do capital, seus impactos para o campo e para a humanidade, e atualiza o papel da reforma agrária neste contexto. Estas duas propostas e as elaborações em torno das questões conjunturais e

estruturais do capital nas últimas duas décadas são sínteses fundamentais acerca da proposta do MV.

Abordaremos também a história do MV, da proposta política à ocupação e desafios.

AS METRÓPOLES GLOBAIS E A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

O capital esgotou sua capacidade civilizatória, realizando, no período atual, formas destrutivas de manter sua reprodução ampliada. Ocorre um processo de intensa destruição das forças produtivas da natureza, do meio ambiente, da força humana de trabalho; uma lógica societal voltada para a produção de mercadorias e exploração sem limite do meio ambiente em escala planetária. O capital, desprovido de humanidade, impõe “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca no interesse da autorrealização ampliada do capital” (Mészáros, 2011, p.606). O caráter destrutivo do sistema capitalista produz a barbárie na qual as camadas mais pobres da população sofrem de forma mais aguda, seja pelas questões materiais - condições de moradia, exploração do trabalho, fome - com as catástrofes ambientais e também em suas expressões subjetivas, como o crescimento da violência.

David Harvey (2016) demonstra o papel vital das crises no sistema capitalista que implica na atualização e transformação da paisagem, da ideologia, relações sociais e ingerindo na totalidade da sociedade e da vida, assim como na formação de territórios e dos conflitos.

Crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo. Terras produtivas são transformadas em desertos industriais, velhas fábricas são demolidas ou usadas para novas finalidades, bairros onde mora a classe trabalhadora são gentrificados (...) Campos de golfe e condomínios fechados, vistos pela primeira vez nos Estados Unidos, agora são encontrados na China, no Chile e na Índia, contrastando com assentamentos e ocupações irregulares, formalmente chamados de cortiços, favelas ou *barrios* pobres. (Harvey, 2016, p.09).

Na citação acima, Harvey descreve o impacto social que este processo de crise acarreta sobre os trabalhadores/as que compõem o perfil das famílias do acampamento, para os capitalistas a crise significa possibilidades de ganhos através de novas oportunidades. O trecho demonstra a condição estrutural na qual o conflito do Marielle é uma das reações e das consequências à realidade socioeconômica da crise do capital com a gentrificação de áreas de moradia da classe trabalhadora, como onde está o Marielle, e o avanço dos condomínios de luxo enquanto as condições de vida e moradia da classe trabalhadora são precárias. Por

isso é necessário compreender este território a partir dos desdobramentos sistêmicos e gerais do capital, complementando com as singularidades e especificidades do MV.

A barbárie sistêmica promovida pelo capitalismo é uma consequência da crise estrutural do capital, conforme David Harvey a acumulação originária sistematizada por Marx é atualizada com novas facetas a partir dos desdobramentos mais atuais do capital e está no centro do crescimento capitalista. Harvey (2005) organiza as características do sistema do capital: a) inevitavelmente expansível; b) possui uma força revolucionária que está permanentemente transformando o mundo de modo incessante e constante; c) necessita da reprodução ampliada do capital; d) a burguesia tem a missão histórica de acumulação; e) no qual as contradições internas são inerentes ao crescimento econômico e por vezes irrompem em crise que são endêmicas do sistema; f) tendencialmente de natureza caótica no processo de acumulação.

Na crise estrutural que vivemos a partir da década de 1970 nós assistimos a transformações no mundo do capital para manter e aprofundar sua rentabilidade depois de uma estagnação econômica e queda da taxa de lucros nas décadas anteriores. Com a revolução tecnológica e organizacional na produção entrou em marcha a reestruturação produtiva, uma nova divisão internacional do trabalho, entre centro e periferia, a financeirização e ajuste neoliberal e com novas políticas econômicas e industriais (Behring, 2008).

A crise estrutural tem sua expressão nas cidades onde, no Brasil, encontra uma realidade extremamente desigual. Enquanto principal local no qual ocorre a reprodução da força de trabalho, o urbano brasileiro foi construído baseado nas contradições e problemas históricos nacionais como a grande desigualdade social, os séculos de escravidão, o Estado patrimonialista e na periferia do capitalismo, o modelo de cidade é fruto desse processo, assim como as formas pelas quais a população marginalizada se constrói nesse espaço (Maricato, 2013).

As ocupações urbanas e periféricas, como as favelas, são inerentes ao modelo de urbano brasileiro, quem ocupa é a parte dos trabalhadores e trabalhadoras que não foi inserida no espaço residencial formal das cidades, e durante todo o surgimento das cidades no Brasil construíram formas de conquistar espaços construindo suas residências informais através de ocupações, autoconstrução, cortiços, etc. Nos anos de 1960 a 1980 houve um grande crescimento urbano no Brasil com a consolidação e construção da periferia no Brasil a partir do modelo da cidade baseado na desigualdade socioespacial, com degradação ambiental predatória e discriminação social (Rolnik, 2015).

A crítica à razão dualista feita por Francisco de Oliveira na década de 1970, é um divisor de águas para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a formação das cidades e da superação da concepção que antagoniza o “arcaico-moderno”, Oliveira demonstra como

(...) a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia. (Oliveira, 1972, p. 07).

O central na crítica de Francisco de Oliveira é em torno do reducionismo da análise baseada em que o problema brasileiro está no subdesenvolvimento, na pobreza ou no rural, enquanto a estruturação da sociedade brasileira, social e econômica, é organicamente desigual a fins de proporcionar às demandas necessárias para a acumulação do capital em determinado momento histórico num modelo periférico de desenvolvimento. Por isso, no desenvolvimento das cidades, as ocupações, autoconstrução de moradias, favela e miséria não são a parte atrasada, ao contrário, entrelaçam-se organicamente no modelo de desenvolvimento.

Assim, a construção espacial das cidades, com sua falsa dualidade centro-periferia, é organicamente desigual, e a existência das periferias é resultado do processo da formação dos contingentes migrantes sua força de trabalho no período da industrialização - especialmente no pós 1930 - e para a formação do exército industrial de reserva, ambas com rebaixado custo de reprodução da força de trabalho e rebaixamento de salários.

Rolnik (2015) sintetiza a análise de Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick sobre o modelo periférico de desenvolvimento do capitalismo, no qual o contingente populacional “sobrante” de trabalhadores nas cidades cumprem dois papéis para dentro do sistema, da existência do exército industrial de reserva permanente e redução do custo da reprodução da força de trabalho rebaixando os níveis salariais.

A existência de um grande contingente populacional de pobres e destituídos dos meios de produção nas cidades permitiria, assim, a manutenção de baixos níveis salariais. Essa condição é sine qua non para a competitividade das empresas que operam na periferia do capital, que não contam com as economias de escala e de aglomeração e com a tecnologia de que gozam seus competidores nos países centrais. Por outro lado, produtos de consumo essenciais à sobrevivência - incluindo a casa - , ofertas de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. A autoconstrução da moradia representa, assim, a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana.” (Rolnik, 2015, p.157)

É importante analisar o MV a partir da região em que está inserido, compreendendo o fenômeno mundial das metrópoles no final do século XX no qual vivemos uma ampliação populacional e espacial de cidades, conformando grandes metrópoles globais com imensas regiões periféricas nas quais a pobreza e precariedade das condições materiais são alarmantes. Conforme Mike Davis (2006) a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) a partir das décadas de 1970 e 1980, constrangendo os países periféricos a incorporarem seu Plano de Ajuste Estrutural, foi responsável pelo surgimento das “hipercidades” devido ao aumento da pobreza como desdobramento da intervenção do FMI e BM mais de 1 bilhão de pessoas ficaram desocupadas.

Com o ajuste fiscal, somado ao neoliberalismo e a globalização pós 1980 no Brasil a “tragédia urbana se aprofunda” (Maricato, 2013), com interiorização da urbanização e a hegemonia do agronegócio com a produção de commodities no campo. É neste período que os municípios da RMC crescem e muitos tornam-se municípios médios, ao mesmo tempo que a comoditização da economia começa a ter impacto na industrialização com a chamada reprimarização da economia brasileira nas décadas seguintes.

Em relação a metropolização, para Ana Fani Carlos (2015) a conformação da metrópole é ponto chave para a acumulação do capital em sua fase de hegemonia financeira e de crise de superacumulação, uma vez que:

(...) a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora (Carlos, 2015, p. 26).

Segundo a autora, o processo de mudança da hegemonia mundial da industrialização para a hegemonia financeira impacta diretamente na produção do espaço e em sua mercantilização através do mercado imobiliário.

Rolnik (2019, p.160) chama este fenômeno de “uma nova geografia” na qual se inicia a partir da década de 1980 quando o capital entra em um novo ciclo de expansão territorial, assim como ciclos anteriores este é baseado na “despossessão” e “expansão territorial”, no entanto, conforme a autora neste vemos também a transformação da relação do capital com o espaço devido a emergência da hegemonia do capital financeiro e rentista (Rolnik, 2019, p. 160). Sob domínio financeiro, a terra, além de meio de produção e de gerar renda fundiária, é reserva de valor com grande potencial lucrativo. Nesta fase a desterritorialização e expulsão já não objetiva a constituição ou aumento da força de trabalho proletária despossuída de

meios de produção, mas sim a garantia de controle de ativos na qual se fundamenta um novo uso do espaço.

Seguindo a análise da autora, ela indica que a escassez de terras e de recursos naturais é uma nova situação que o capitalismo, que possui dinâmica intrinsecamente expansível, enfrenta e que este é o avanço do sistema para a última fronteira do globo para a conquista de novas terras. Neste cenário, as áreas de posse irregular ou coletiva, no campo e na cidade, como favelas, ocupações, assentamentos, terras indígenas e acampamentos rurais, tornam-se estratégicas para o capital financeiro como passíveis de funcionarem como reserva e garantia de ativos. “Assim, o locus de um exército industrial de reserva, as favelas do mundo convertem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob hegemonia do complexo imobiliário-financeiro” (Rolnik, 2019, p.167).

Na fase atual do capitalismo com a utilização das terras como reserva de valor, observa-se o confronto com a especulação imobiliária expresso pela ocupação da FEEI e a pressão realizada pelo MV no questionamento em relação a legalidade do uso da terra para construção de condomínios. A proposta do assentamento incide contrariamente aos interesses do capital especulativo, uma vez que na lógica da especulação imobiliária o objetivo é a valorização financeira através da captura rentista da renda da terra a partir da compra de terrenos e constituição de estoque de terras que possibilite a criação do capital fictício por antecipar lucros futuros do que está por vir a ser construído (Fix, 2011).

O processo de financeirização da moradia em solo urbano no Brasil ocorre a partir da década de 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, a crise urbana brasileira agora se dá pelo encontro do modelo desigual e predatório, nos quais a formação das cidades brasileiras são constituídas, somado ao capital financeiro global nas cidades (ROLNIK, 2015, p.266). O aumento de regiões metropolitanas com suas pobres periferias, em contraponto às suas regiões luxuosas, expõe as desigualdades socioespaciais pelas quais se baseia o sistema capitalista e sua forma de produção do espaço na periferia em diferentes fases do seu desenvolvimento. Essa é a realidade da RMC, que passou por grande processo de urbanização desde meados do século passado e que se transformou em uma grande região metropolitana que nas últimas décadas expande sua urbanização, com grandes ocupações formando regiões periféricas, com suas manchas urbanas que integram municípios e paulatinamente substituem a área rural e produção agrícola pelo mercado imobiliário.

A COMUNA DA TERRA NA REGIÃO DE CAMPINAS: O SANGUE DA FAVELA É SANGUE SEM TERRA

Alô comunidades
Tamo junto e misturado
Povo do campo e da cidade
A Lona Preta chega dando o seu recado
Ninguém vai fazer
a revolução sozinho
A construção desse caminho
É mão na massa e mutirão
Em todo canto do planeta
Pelo dinheiro
O rico faz a guerra
O sangue da favela
É sangue sem-terra
(Unidos da Lona Preta, samba enredo 2010)

O samba enredo da Unidos da Lona Preta, escola de samba da Comuna Urbana¹ do MST em Jandira/SP, que usamos de epígrafe do tópico nos diz muito sobre a concepção do MST sobre a relação campo e cidade, já sabemos que essa diferenciação vem sendo superada com o desenvolvimento capitalista e sua produção do espaço. Para o Movimento o debate se relaciona também no sentido sobre quem são os e as sem terras e potenciais sem terras, quando a letra diz “o sangue da favela é sangue sem terra” traz a concepção de que a base social é a mesma no sentido de comporem a classe trabalhadora e serem frutos da história desigual, violenta e racista do Brasil. Além do entendimento sobre a importância da unidade, da construção conjunta entre a classe trabalhadora que vive e trabalha no campo com a da cidade, para derrotar a “ditadura do dinheiro”.

Desde o surgimento do MST existe intenso debate sobre formatos de assentamentos, assim como do perfil em relação à sua base social com experiências de lutas envolvendo trabalhadores da cidade e do campo. Entre o final da década de 1990 e década 2000, formulase no Movimento a concepção de assentamento denominado de Comuna da Terra (CT)², com características específicas para contemplar um público urbanizado e contemplar a criação de assentamentos próximos a grandes centros urbanos.

Do espectro de novas contradições advindas da complexa realidade urbana que citamos no tópico anterior, o MST projetou a CT como proposta de assentamento rural que articula a luta pela reforma agrária, em áreas próximas a grandes centros urbanos e/ou regiões

¹ Comuna Urbana é proposta derivada do debate das Comunas da Terra sobre a luta por moradia realizada pelo MST nas cidades.

² Segundo Goldfarb, a primeira experiência de CT ocorreu em 1998 com a ocupação de uma fazenda em São José dos Campos, em setembro de 1998 que deu origem ao Assentamento Nova Esperança (GOLDFARB, 2005).

metropolitanas, às aspirações políticas e econômicas dos trabalhadores forjados e oriundos das cidades³.

Podemos observar que a preocupação e proposta do MST está diretamente vinculada ao fenômeno da metropolização que ocorre no período, observando o novo papel das cidades para a acumulação capitalista em tempos de financeirização, a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras residentes nos centros urbanos e a essencial disputa das terras existentes numa perspectiva contra hegemônica.

Para as novas realidades enfrentadas pelos trabalhadores/as urbanos, a CT é um esforço de construir a viabilidade da reforma agrária no espaço de concentração da força de trabalho, objetivando o fortalecimento do MST, da luta pela terra, assim como na perspectiva de fortalecimento da luta popular em vista à transformação social. Para contemplar esses objetivos, foram construídas ações e propostas intencionalizadas para os/as trabalhadores/a da cidade, desde a forma de trabalho de base até a forma de organização do assentamento e cooperativa.

Andrade Neto (2013) em sua tese de doutorado sobre as Comunas, indica algumas características do modelo de assentamento:

Em geral os assentamentos Comunas da Terra se caracterizam por ocupar pequenas áreas próximas aos grandes centros urbanos, nas quais trabalhadores vindos da cidade e do campo são assentados e desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da comunidade – diferindo da concepção de pluriatividade que enfatiza, dentre outras possibilidades, o trabalho fora do local de moradia. Os assentamentos devem ser próximos das grandes cidades para facilitar o escoamento da produção, sem que os assentados sejam forçados pelas circunstâncias a vender sua produção para a indústria e para os atravessadores. As Comunas devem se basear, em termos produtivos, em formas de cooperação que não são plenamente coletivizadas, mas que busquem a cooperação para fins de beneficiamento e comercialização da produção. O MST propõe que seja realizado um planejamento permanente das atividades nos assentamentos Comunas da Terra, compondo uma organicidade que vincula as famílias assentadas a núcleos de base dentro dos assentamentos, os quais por sua vez estabelecem contato com escalas de organização superiores dentro do Movimento.” (Neto, 2013, p.121).

Dos elementos indicados por Neto, gostaríamos de salientar a proximidade com o urbano, embora o MST não tenha deixado de realizar a luta por assentamentos em regiões afastadas de grandes cidades, portanto não é uma substituição, há um esforço para atualizar

³ Sobretudo a partir dos anos 2000 (MST) realizou lutas nos grandes centros urbanos ou próximo a estes. Exemplos neste sentido são as áreas conquistadas na Região Metropolitana de São Paulo e que se tornaram assentamentos, como a Comuna da Terra “Dom Tomás Balduino” em Franco da Rocha, Comuna da Terra “Dom Pedro Casaldáliga” em Cajamar, a Comuna Urbana “Dom Helder Câmara” em Jandira# e o Acampamento Comuna da Terra “Irmã Alberta”, que resiste por mais de 18 anos na periferia de São Paulo.

o próprio debate sobre possibilidades em torno da reforma agrária a partir do urbano. Não é por acaso que a proposta tem grande destaque em São Paulo, um dos estados mais urbanizados do país, onde a materialidade das contradições dos trabalhadores/as nos grandes centros torna-se preocupação e dedicação da militância do MST.

Neto (2013) também indica que a cooperação faz parte da concepção da proposta. Conforme entrevista do então coordenador estadual do MST de SP Paulo Albuquerque para Tomazela: “individualmente, o pequeno produtor tem pouca chance num mercado competitivo” (Albuquerque, 2004), o cooperativismo contempla de demanda concreta de geração de renda e qualidade de vida para as famílias assentadas, como possibilita o movimento a avançar na perspectiva do poder popular, constituindo núcleos de famílias que atuem politicamente no território mas também na sociedade na perspectiva da transformação social.

Durante a entrevista, Albuquerque problematiza a proposta de assentamentos realizados pelo INCRA “O governo tem usado o mesmo modelo para assentar famílias tanto nas proximidades de Campinas e Sorocaba como no Pontal, o que é um convite ao fracasso.” Com os exemplos de duas regiões metropolitanas Campinas e Sorocaba em contraponto ao Pontal, região com mais de 500 mil hectares apenas em terras devolutas do Estado de SP, Albuquerque argumenta em prol da CT como viabilidade para as regiões com densidade urbana. O argumento é de que a mesma lógica de funcionamento de um assentamento em regiões mais afastadas de grandes núcleos urbanos, como no caso do Pontal, não pode ser a mesma que em assentamento em suas proximidades, o formato de assentamento precisa levar em consideração as características locais e regionais, não apenas imprimir modelos de forma mecânica.

Outra característica é o tamanho reduzido do lote individual, nas Comunas da Terra Milton Santos, em Americana, o lote é de 1 ha, enquanto Mário Lago, em Ribeirão Preto, o lote máximo chega a 1,7 ha, por exemplo. A proximidade das cidades potencializa a geração de renda dos assentados que comercializam principalmente hortifrutí a partir da venda direta e da produção agroecológica. A agroecologia, que a partir de 2014, torna-se linha política da produção do MST, já aparece como fundamento das CT.

Segundo Goldfarb (2005) a CT é fruto da avaliação política do MST/SP que constrói a proposta para contemplar a população dos grandes centros urbanos, para que não precisem realizar grande descolamento e ir morar a muitos quilômetros da cidade onde vive, pois possibilita o assentamento nas proximidades das cidades, nas franjas com grande potencial

de massificação devido a precária situação de vida nas cidades. Assim, a proposta está imbricada ao processo de “recampenização”, em relação ao retorno ao trabalho na terra.

Sobre a questão da base social e recampenização, Albuquerque explicita a seguinte concepção: “O antigo lavrador aprendeu a trabalhar na indústria, de forma que o industrial também pode ser um bom produtor rural.” (Albuquerque, 2004). A frase de Albuquerque na entrevista indica duas questões basilares da CT: a) que os precariados urbanos (Antunes, 2018) são o foco do Movimento nessa perspectiva de assentamento como os desempregados, trabalhadores informais, excluídos urbanos; b) ao mesmo tempo os e as trabalhadoras urbanas possuem um potencial para tornarem-se camponeses, enquanto classe, alterando o movimento campo para cidade, da cidade para o campo.

Gostaríamos de problematizar o uso do termo recampenização pois possibilita análises equivocadas ao estudar assentamentos próximos a grandes cidades, sendo fato que ninguém se torna camponês simplesmente por passar a viver na área rural do município e, que, na realidade dos assentamentos e acampamentos próximos aos centros urbanos muitas vezes o labor agrícola realizado pelos sujeitos não é excludente de que o mesmo trabalhador ou trabalhadora venda sua força de trabalho nas cidades ou se tenha uma composição familiar que mescle trabalhos rurais e urbanos. Em muitos destes territórios o urbano e rural se dilui na questão espacial e cultural.

Na perspectiva do fortalecimento do movimento social dos/as trabalhadores/as sem terra nos grandes centros urbanos, o MST ao longo de suas 4 décadas sempre atuou politicamente, realizou lutas e processos organizativos na região de Campinas. Desde o início do Movimento, ainda na década de 1980, foi realizada a luta e conquista de assentamentos no município de Sumaré. No ano de 1997, o MST contribuiu com as lutas por moradia, como a ocupação do Parque Oziel, hoje um dos maiores bairros de ocupação da cidade de Campinas. Além desse território, nos anos 1990 e 2000, foi intensificado o trabalho de base nas cidades para realização de ocupações e processo de luta pela terra em várias regiões do estado de São Paulo.

Dando seguimento à luta pela terra na RMC, em 2005 foi realizada uma ocupação em Americana onde foi constituído o Assentamento Milton Santos com 78 famílias e em 2007 iniciou-se o processo de luta pela conquista do Assentamento Elizabeth Teixeira com 104 famílias no município de Limeira. Ambas experiências foram projetadas dentro da concepção de CT, pela proximidade do centro urbano.

Com o reflexo da crise econômica mundial de 2008, as desigualdades sociais e o desemprego no Brasil agravaram a deterioração das condições de vida dos trabalhadores nas

idades. Por este motivo, a avaliação do MST de SP foi justamente de intensificar o processo de luta e mobilização dos trabalhadores urbanos para enfrentar os efeitos da crise construindo novos acampamentos. Desta experiência de trabalho de base urbano, novos processos de luta pela terra foram iniciados na região como o Acampamento Roseli Nunes em Americana (2011) que mobilizou mais de 250 famílias e o Acampamento Nelson Mandela, na cidade de Piracicaba (2013), com 74 famílias. Ambos sofreram forte oposição pelo poder local sofrendo despejo e não existem mais, a base social desses acampamentos foram para as regiões de Ribeirão Preto, de São José do Rio Preto e de Campinas, as famílias foram incorporadas a outros acampamentos e parte está assentada.

Em 2017 um novo processo é retomado com o início do trabalho de base para organizar famílias da periferia para a luta pela terra, que resultou na criação do Acampamento Marielle Vive e, posteriormente, o Acampamento Paulo Kageyama em Mogi-Guaçu. Esse último contava com 400 famílias e sofreu uma violenta reintegração de posse por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo sob o Governo Dória (PSDB) em abril de 2019, as famílias se dissiparam e apenas algumas hoje estão acampadas no Marielle Vive.

O engajamento dos trabalhadores/as em processos de luta contra a ordem, contra as desigualdades, reivindicando direitos como acesso à terra, moradia, saúde, entre outros; ou mesmo propondo uma transformação estrutural da sociedade é, em si, uma insurgência contra o “estado de coisas”, o sistema de exploração do trabalho e seu imperativo funcional, a propriedade privada dos meios de produção.

A REFORMA AGRÁRIA POPULAR: DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL AO PROGRAMA AGRÁRIO DO MST

Fruto da experiência histórica da classe trabalhadora organizada, a luta pela terra promovida pelo MST tem como importante ferramenta a ocupação de terra como forma de denunciar áreas que não cumprem sua função social, conforme Constituição Federal⁴, na perspectiva de conquistar assentamentos rurais de Reforma Agrária. Com quase quatro décadas de existência, o MST é um dos maiores movimentos sociais do mundo e que tem enfrentado nas últimas décadas a hegemonização do agronegócio no campo brasileiro, as políticas neoliberais e a crescente financeirização globalizada. Além da pauta da luta pela terra, o MST realiza a “luta global contra o neoliberalismo estrutural” (Angotti, 2009, p.363) questionando e lutando contra o desmantelamento do Estado, com a eliminação de direitos

⁴ Ver artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

trabalhistas e sociais, a privatização dos serviços públicos, como a reforma agrária, o poderio corporações transnacionais sobre a economia, os recursos naturais e a vida.

Com a “dominância da valorização financeira” a nível mundial (Paulani, 2009), a receita de lucro capitalista, baseada na exploração do trabalho e dos recursos naturais para sua reprodução ampliada, passa, no sistema capitalista sob égide do capital financeiro diretamente na esfera da circulação, abreviando o percurso:

(...) a forma de regulação adequada ao novo regime de acumulação passou a ser dada pelo capital financeiro, constituindo uma “dominância financeira”. O “circuito longo” de produção de capital, representado pela aplicação do dinheiro no processo produtivo que, ao final, produz mais dinheiro passou a ser dominado por uma forma “encurtada” de remuneração do capital, na qual o dinheiro se expande sem a mediação da produção, diretamente na esfera da circulação. Seria um “percurso abreviado”, que cria a ilusão de que o capital pode realizar-se na esfera da circulação sem passar pela produção. (Firmiano, 2014, p. 34).

O capital financeiro, dessa maneira, “acelera” a realização do capital, atuando como agente fundamental em período de crise estrutural pela necessidade de garantir rapidamente a reprodução ampliada do capital. O principal modelo do capital financeiro para o campo, o agronegócio, se hegemonizou e, com sua força ideológica, realizou transformações no meio agrícola, com a inserção de pacotes tecnológicos, como agrotóxicos e transgênicos, com manutenção da concentração agrária e grande devastação ambiental. O agronegócio, na sua constituição nacional, advém do processo da “modernização conservadora” e da inserção do pacote da Revolução Verde desde o regime militar.

Segundo Delgado (2012) o período das décadas de 1980/90 é um momento de transição entre as alianças de classe que possibilitam a hegemonia do agronegócio brasileiro. Atualmente vemos a atuação do agronegócio organizada com a confluência do latifúndio com o capital transnacional. Sob o capital financeiro, o sistema capitalista consolidou outras atividades do agronegócio que acontecem fora da propriedade rural, portanto, a agropecuária é só mais uma parte nesse modelo.

Em comparação a luta pela terra dos anos 1980 e 1990, a atual pauta da luta pela reforma agrária popular encontra alguns desafios diferenciados, o avanço do agronegócio no campo acompanha a ampliação da territorialização da especulação imobiliária nas cidades e em áreas rurais, juntamente com o aprofundamento da implementação de novas reformas e políticas necessárias ao capitalismo em crise, como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a financeirização da economia, a acumulação por espoliação, entre outros, que infringiram aos trabalhadores e trabalhadoras uma sorte de espoliação e precarização das condições de vida.

Para a luta pela terra, o avanço do agronegócio e a financeirização mundial significou também uma mudança qualitativa sobre a pauta da reforma agrária, o MST desenvolveu a proposta de Reforma Agrária Popular (RAP) definida como estratégia no XI Congresso Nacional do MST em 2014. A RAP é uma atualização da proposta de Reforma Agrária defendida pelo movimento, com os novos desafios a partir do patamar atual da crise estrutural do capital e o que ela impõe ao campo brasileiro e à vida da classe trabalhadora.

O projeto da RAP é uma síntese de debates e análises sobre a questão agrária e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil no contexto da crise estrutural do capital, com suas implicações para organização política social e a luta pela democratização das terras através da reforma agrária.

Ao contrário da falsa ilusão sobre a superação da questão agrária brasileira com o avanço do agronegócio, o debate sobre o campo e a reforma agrária segue central, tanto em sua perspectiva histórica, quanto como centralidade das necessidades do capital de avanço sobre cada vez mais terras, submetendo tudo e todos a sua lógica destrutiva.

O Programa propõe a socialização da terra para o desenvolvimento territorial da produção agroecológica, como forma de geração de renda, proteção ao meio ambiente e oferta de alimentos saudáveis para a população, ao mesmo tempo, construindo educação do campo, cultura popular, equidade de gênero e organização dos/as trabalhadores/as para sua emancipação (MST, 2013). A RAP fortalece a relação com os/as trabalhadores/as das cidades, de diversas categorias trabalhistas para a conquista e organização dos assentamentos.

Nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades. O nosso horizonte é, pois, o da superação do modo de produção capitalista. – Os objetivos de criação do MST continuam valendo e são alicerces da Reforma Agrária Popular. O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores. (MST, 2013).

Conforme João Pedro Stédile durante o XXXII Encontro da Militância do MST de SP⁵, nos últimos 10 anos houve uma alteração em relação a tarefa histórica da agricultura brasileira e social, isso se dá devido a crise estrutural do capital. Se nas primeiras décadas do movimento a missão estava centrada no extermínio da pobreza no campo, atualmente ela se

⁵ Realizado no dia 18 de janeiro de 2023 em Campina do Monte Alegre/SP.

transformou em uma questão em relação à crise civilizatória mundial, aos novos paradigmas postos para a humanidade, a função dos movimentos populares camponeses e a reforma agrária.

A urgência da produção de alimentos saudáveis para a humanidade, segundo Stédile, é um dos paradigmas da humanidade nesse momento histórico, isso é observado pelo nocivo modelo do agronegócio no campo, pelas doenças e contaminações geradas pelos agrotóxicos, transgênicos, desmatamentos, etc. Portanto, a agroecologia enquanto modelo de produção, torna-se também um paradigma fundamental como saída concreta para fome e produção de alimentos sem envenenamento.

Outros dois paradigmas citados por Stédile são a questão da água, enquanto recurso findável que está relacionado com a necessidade da preservação ambiental, e a melhoria da qualidade de vida no campo, de modo a construirmos condições para a realização da agroecologia, com cuidado com a natureza, preservação para garantia de água e produção de alimentos saudáveis.

A síntese indicada por Stédile, 9 anos após o lançamento da RAP, traduz o processo de elaboração na qual ela está inserida e os novos desafios que sua permanente atualização aborda. A análise da crise estrutural do capital e a hegemonia do capital financeiro, com suas consequências para o campo, é a análise central da qual deriva a RAP.

Assim, é nesse período histórico do capital em crise com seus desdobramentos no Brasil que surge a RAP, no contexto de crise das organizações da classe trabalhadora, grande dificuldade de extrair conquistas, como novos assentamentos da reforma agrária, e sofrendo todo o tipo de ataques. Justamente por essas razões é necessário compreender sobre os trabalhadores e trabalhadoras que formam o Acampamento Marielle Vive, das estratégias e lutas do MST e, também, sobre resistência de cotidianas investidas de seus inimigos.

ENTRE O CAMPO E A CIDADE: A CONSTITUIÇÃO DO ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE

A Comuna da Terra e a RAP, contextualizadas pelas crises da década de 2010 e suas expressões na RMC, são bases para a elaboração da proposta da ocupação da FEEI e organização do MV. A execução do golpe de 2016, dois anos antes da ocupação do Marielle, contra a frágil democracia brasileira, fez parte de um projeto internacionalmente articulado para o aprofundamento de reformas ultra neoliberais do Estado e de subordinação ainda maior do país aos interesses financeiros do capital-imperialismo.

Conforme informações coletadas na realização de entrevistas e na pesquisa participante, a construção do MV se deu em 2017 a partir da demanda concreta pela terra observada pela coordenação do MST na RMC. A RMC demonstrava este potencial por ser a maior região metropolitana do interior paulista e uma das maiores do país, com concentração de massa de trabalhadores e trabalhadoras, outra razão é o fato do MST possuir história de lutas e conquistas na região desde os anos 2000, assim como ser uma região privilegiada na existência de muitos e diversos setores da classe trabalhadora organizada.

A situação da vida da classe trabalhadora urbana, com grave situação financeira decorrentes da recessão econômica nos anos 2010 que foi sentida sensivelmente através da fome, desemprego, miséria. Conforme podemos ver no trecho da entrevista de Gerson Oliveira, coordenador do MST de SP, concedida a autora:

A reforma agrária é uma política fundamental, a partir da democratização das terras podemos solucionar graves problemas de desemprego, déficit habitacional, fome, inclusive contribuir para soluções às questões ambientais e para o fim efetivo da fome no país, com a produção de alimentos saudáveis e uso racional do solo. Além disso, uma política de reforma agrária possibilita um reordenamento do uso do espaço. O Marielle demonstra, assim como outros acampamentos e assentamentos, que existem muitas as pessoas que vivem nas cidades que sonham com a terra e que, devido dificuldades, precisam de reforma agrária para geração de renda e resolver a questão da fome e moradia, ainda sem conquistar a terra o acampamento - através de sua organização popular - possibilita em parte a solução desses problemas. (Oliveira, 2020).

No trecho desta entrevista, podemos observar que Gerson Oliveira traz elementos estruturais em torno da questão agrária brasileira e sua urgente realização da reforma agrária e relaciona estas questões à demanda concreta de assentamentos rurais expressadas pelo MV, que tem base essencialmente advinda das periferias urbanas. A estrutura socioespacial da RMC é destinada a atender os interesses da reprodução do capital, constituindo uma metrópole excludente e com sérios problemas urbanos - de moradia, transporte e desemprego. Neste aspecto, Oliveira indica que a reforma agrária, enquanto política estrutural, cumpre um papel de repensar o ordenamento do uso do espaço através da criação de assentamentos em áreas improdutivas.

Através da pesquisa participante, identifiquei que o primeiro passo para constituição do Marielle, após a definição e estudo da realidade da classe trabalhadora da RMC, foi a realização do trabalho de base, o contato direto com famílias que viviam na periferia para apresentar a proposta de reforma agrária e fazer o convite para a luta pela terra. O trabalho de base ocorreu ao longo de 6 meses, entre os anos de 2017 e 2018, em bairros periféricos

de mais de cinco cidades da RMC (principalmente Valinhos, Limeira, Hortolândia, Sumaré e Campinas). Conforme Gerson:

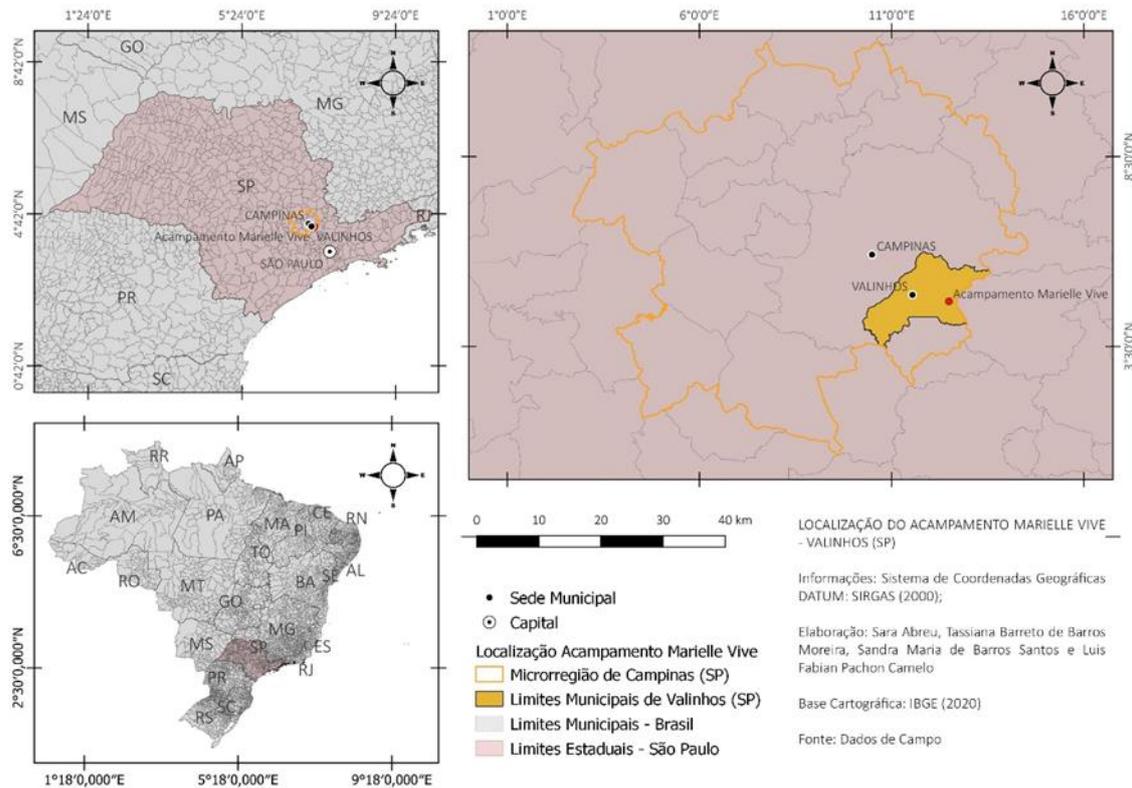
O trabalho de base do MST é basicamente organizado em três momentos: a preparação (diálogo e apresentação da nossa proposta), a luta direta (ocupação de terra) e a formação e organização do acampamento. Em geral todos trabalhadores/as que integram o movimento entraram e vivenciaram esse processo, que na verdade, é o que alterou a consciência dessas pessoas. A decisão de ir pra ocupação é a primeira decisão política significativa, pois muitos não vão nesse primeiro momento, ficam esperando um ou dois dias pra ver se deu certo e chegam depois. No terceiro momento, da construção do acampamento, é quando iniciamos um processo profundo de formação que chamamos de organicidade, que nada mais é do que a forma específica que o MST se organiza internamente. E a nossa organicidade é baseada em princípios, então é um processo lento, mas que vai gradualmente sendo incorporado. O momento da preparação é fundamental para o MST, é através dele que propagandamos a reforma agrária, é um método para diálogo com os trabalhadores, de ouvir as demandas, aprender da realidade de cada bairro e local, assim como contar sobre a experiência histórica da luta pela terra. Na região de Campinas o trabalho de base foi muito potente, além da realização de reuniões nos bairros, algumas com mais de 300 pessoas, aprendemos muito sobre a luta travada aqui já que todos os bairros fizemos trabalho de base são frutos do processo de ocupação urbana. (Oliveira, 2020).

Como fruto do trabalho de base, cerca de 700 famílias decidiram fazer a ocupação e na manhã do dia 14 de abril de 2018 na Fazenda Eldorado Empreendimentos, no município de Valinhos/SP, formando o Acampamento Marielle Vive, exatamente um mês após o assassinato da vereadora Marielle Franco e, seu motorista, Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, por isso a justa homenagem representada com o nome da comunidade. Segundo levantamento através de entrevistas e do trabalho de campo, a FEEI foi definida como área de luta pela reforma agrária principalmente por sua situação de improdutividade:

A área estava completamente improdutiva, pelo menos a cerca de uma década, quando chegamos encontramos uma área devastada, só com pastagem degradada e sem nenhuma cabeça de gado, o objetivo da empresa é construir um condomínio de alto padrão, interesse puramente imobiliário para altíssimo faturamento. (Oliveira, 2020).

Outro fator interessante na perspectiva do movimento para constituição de Comunas da Terra foi a localização da FEEI que é próxima a cidade, está a cerca de 10km do centro de Valinhos, o que possibilita a constituição de um assentamento com produção de verduras, hortaliças, com venda direta para o mercado consumidor, com baixo custo de transporte, e por ser local viável para pessoas que possuem vínculo com os municípios da região, como trabalho e familiares. Segue mapa da localização do MV:

Mapa 1 - Localização Acampamento Marielle Vive



Após um intenso ciclo de lutas e conquistas da terra em regiões metropolitanas de São Paulo na última década do século, como os acampamentos Terra Sem Males e Getulina, na primeira década do século XXI, a constituição dos Assentamentos Sepé Tiaraju e Mário Lago, na região de Ribeirão Preto, Assentamento Milton Santos e Elizabeth Teixeira, na RMC, Assentamento Dom Tomás Balduino e Acampamento Irmã Alberta, na Grande São Paulo, além das conquistas no Vale do Paraíba e em Sorocaba, observou-se um refluxo da luta pela terra no tocante a formação de novos grandes acampamentos rurais na década seguinte.

Elemento importante que nos ajuda a compreender o fato, é a ausência da conquista de novos assentamentos, com acampamentos que estão a décadas sem regularização, como o Irmã Alberta, em Cajamar desde 2002, o Acampamento Alexandra Kollontai no município de Serrana, região de Ribeirão Preto, desde 2008, ambos com características de CT. A ausência de conquistas de áreas para reforma agrária é extremamente relevante pois a relação entre conquista, mobilização social e luta é dialética, para um movimento de massas como o MST obter conquistas propagandeia o movimento, contribui para a mobilização. Sem conquistas o desafio para mobilizar e construir novos acampamentos com grande

repercussão e base social são ainda maiores, ao mesmo tempo que sem base social organizada e pressionando não se obtém conquistas.

Nesse aspecto, com a crise econômica e política desde 2013, retirada de direitos sociais, aumento da miséria e desemprego no campo e nas cidades, retomou-se, dentro da leitura do movimento, a possibilidade de novas ocupações em São Paulo com o público urbano que pudessem pressionar para novas conquistas através da luta. O MV, à vista disso, é a síntese da leitura política e demonstração concreta da viabilidade da luta pela terra nas regiões metropolitanas enquanto existência de demanda popular, de áreas improdutivas e da capacidade de resistência.

Durante ato político realizado em 15 de abril de 2018, no MV um dia depois da ocupação, o coordenador do MST de São Paulo, Márcio José, sintetiza esta percepção indicando que, com a ocupação da FEEI e a construção do MV, o MST refutou 2 falácias que se apresentam como senso comum, a primeira é a de que não havia sem terra na RMC, a segunda é de que não havia terra improdutiva na região. Em relação a mobilização e formação da base social, a constituição do MV, um dos maiores acampamentos do MST de SP atualmente, nos permite corroborar de que existe uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras urbanas com disposição de ir para o campo e lutar pela terra nesse momento histórico e que o MV reúne elementos importantes para compreender a atualidade e a base social da luta pela terra no contexto atual.

É nesse cenário que a luta do Marielle pode contribuir para a percepção do papel da reforma agrária para os desafios dos trabalhadores e trabalhadoras organizadas, a base do acampamento advém integralmente de grandes periferias urbanas, o que evidencia as contingências e agruras sociais deste tempo histórico nas cidades, além disso a disputa de terra com a especulação imobiliária impõe a necessidade da luta pautar a questão urbana e o direito à moradia.

Desse modo, é necessário discutir, para evidenciar e explicitar a particularidade da reprodução espacial do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que fazem a luta pela terra em contextos urbanos como forma de sobrevivência e também como perspectiva de futuro, buscando assim, construir alternativas sociais frente à precarização das condições de vida, do desemprego estrutural, da fome, das violências.

A consciência de classe para si enfrenta novos obstáculos com a mundialização do capital e a ideologia neoliberal apregoando a individualidade como questão central na vida, alcançando os ditames do capital à totalidade das relações humanas, implicando na desestruturação das organizações de trabalhadores/as, as conquistas da

classe trabalhadora conquistadas nos séculos passados são extinguidas no período de crise estrutural do capital, inviabilizando ganhos que foram integrados ao sistema (Mészáros, 2011).

Hoje, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a auto expansão produtiva já é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam, o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas (Mészáros, 2011, p.95).

O histórico desafio organizativo da classe trabalhadora, como salientado por Mészáros na citação acima, assume características diferenciadas no momento em que, para garantia da reprodução ampliada do capital, os direitos básicos conquistados são atacados. As formas organizativas conhecidas e construídas historicamente não respondem às demandas atuais, assim como as táticas e estratégias de lutas. No tocante à reforma agrária, como falado anteriormente, são grandes as dificuldades, os assentamentos são alvo de disputa do capital na perspectiva da cooptação e expulsão das famílias, às políticas públicas conquistadas são extinguidas ou diminuídas, e há pouquíssimas conquistas de novos assentamentos há quase uma década. O Marielle, enquanto acampamento construído no período de descenso da luta de massas e de dificuldade de trabalho de base pela classe trabalhadora, contribui para compreendermos o papel do MST no momento histórico e em regiões metropolitanas.

O MV é um espaço de luta e resistência, compreendendo o espaço como conjunto de sistema de objetos e ações que o formam de maneira indissociável (Santos, 2006), sendo produto do processo social e, também, o próprio processo em si. Dessa maneira as ações são elementos fundantes e fundamentais do espaço, com a indivisibilidade entre a sociedade e o espaço. Através do conflito continuado na luta do MV podemos analisar a configuração histórica do espaço, assim como o processo de disputa territorial entre as classes sociais para compreender os antagonismos existentes.

Conforme Souza (2000, p.80) o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, como um campo de forças onde os interesses operam sobre um espaço na perspectiva de deter o poder territorial. Assim a Fazenda Eldorado é um território do latifúndio improdutivo, usurpado e controlado pela especulação imobiliária, onde os interesses do capital rentista predominam a partir do poder exercido pela empresa de empreendimentos imobiliários que, de maneira ilegal, mantinha a terra improdutiva e a mercê do desenvolvimento capitalista. Através da ocupação sem terra, o interesse da

especulação vem sendo frustrado e confrontado pela ação do MST, tornando-se um território em disputa, com dois pólos de poder: a reforma agrária popular e o capital imobiliário na região da Serra dos Cocais.

A produção do espaço e do território é feita através das relações sociais, da relação dos conflitos das classes sociais com o território, com as disputas materiais e ideológicas. O território, enquanto campo de disputa de forças, possui caráter intrinsecamente político, sempre está submetido a uma classe social, é um instrumento da realização de determinados desejos como um campo de forças da disputa política por poder, ainda que haja hegemonia no controle territorial não existe a exclusividade de poder (Souza, 2000).

Com a ocupação da terra e a organização comunitária do acampamento, constituiu-se o território em um conflituoso processo entre a proposta de reforma agrária do MST e a de construção de condomínios de luxo da especulação imobiliária, que em sua lógica mantém áreas ociosas, improdutivas para sua valorização e lucros extraordinários. É nesse espaço onde se dá essa disputa entre as classes sociais no processo de produção do território. Os conflitos são expressos pelos diversos ataques sofridos pela comunidade, como tentativas de despejo, assassinato do Seu Luis, negação de acesso aos direitos, como do transporte escolar infantil, ações de coerção por parte da Guarda Municipal e da Polícia Militar, tentativas de incêndio no acampamento através do uso de coquetel molotov, entre outros (Moreira, 2021).

Conforme Oliveira (2020) em sua entrevista, as famílias do MV pleiteiam a constituição de um assentamento rural através da luta pela terra, voltada à agroecologia e ao trabalho cooperado. Um limitante do ponto de vista da produção é a distribuição e organização espacial das 430 famílias que ocorre em apenas uma gleba da fazenda, são um pouco mais de 30 hectares ocupados de um total de cerca de 130 hectares, o que implica em limites para produção agrícola, tornando necessário desenvolver experiências coletivas e agroecológicas de plantio e quintais agroecológicos. O restante da fazenda não foi ocupada pela coerção e ameaça de seguranças privados armados que agem, conforme relatos, como jagunços.

No município de Valinhos o avanço da territorialização capitalista tornou as franjas das áreas rurais um espaço de geração de lucro através do rentismo da especulação imobiliária. Com o aumento nacional da construção de condomínios de luxo horizontais nas últimas décadas, a região de Campinas observou o processo ocorrer em áreas privilegiadas com remanescentes florestais. Assim, na RMC o desenvolvimento territorial para as áreas rurais próximas às grandes cidades é de construção de condomínios, em detrimento da produção agrícola e geração de renda para famílias camponesas.

A FEEI consistia em uma área rural improdutiva, que não cumpria sua função social e estava a mercê da especulação imobiliária, o objetivo dos especuladores é integrar a fazenda na construção do maior empreendimento imobiliário de condomínio horizontal de luxo do município, envolvendo outras sete fazendas adjacentes, através de um consórcio de proprietários para realizar o mega-empreendimento da Região dos Lagos. O Acampamento Marielle Vive protagoniza um enfrentamento direto à propriedade privada e à hegemonia do capital imobiliário nas terras do município de Valinhos e da RMC atualmente, demonstra o potencial da luta popular para fazer frente ao privilégio de classe, propondo soluções concretas para a desigualdade social e à demanda por moradia, trabalho e novas relações humanas.

A reforma agrária se apresenta como uma alternativa viável de planejamento, de redução das desigualdades, geração de empregos, trabalho e renda no fortalecimento da produção de alimentos saudáveis. Segundo Alentejano (2020), a reforma agrária também contribui para a solução do problema do caos urbano e como alternativa para a homogeneização do agronegócio no campo - responsável pela diminuição da biodiversidade, das áreas de preservação, da variedade genética, a utilização intensiva de sementes transgênicas e insumos químicos de agrotóxicos.

Podemos observar pelo exemplo do Marielle como a produção do espaço na sociedade capitalista, além de social, é também desigual, o que é escancarado pelas paisagens, por exemplo, ao analisar casas e estruturas nos bairros ricos e pobres, comparando os condomínios de luxo ao acampamento. A desigualdade socioespacial “é um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (Rodrigues, 2007, p.74) fruto da apropriação privada dos bens da natureza, da privatização da terra, da exploração da força de trabalho, das desiguais formas de apropriação do espaço, ela demonstra a exploração de classe e as diferenças em relação a apropriação da riqueza produzida e a dificuldade e impossibilidade da classe trabalhadora ter as condições para a sobrevivência. Rodrigues (2007) nos indica que vivemos a intensificação e o agudizamento da desigualdade socioespacial com a acumulação flexível, o neoliberalismo, a precarização do trabalho, a retirada de direitos sociais, com o avanço da tecnologia e com o aprofundamento do sistema capitalista.

Na produção capitalista do espaço o preço da terra aumenta conforme o crescimento da cidade, a cidade se torna, em si, uma mercadoria, com a valorização de determinados bairros em detrimento da precarização de outros, é assim que a classe trabalhadora é expulsa para regiões cada vez mais afastadas dos centros das cidades com a valorização de terras;

formam-se periferias, produtos da expulsão dos trabalhadores/as para áreas menos urbanizadas, “As favelas e as ocupações coletivas de terra representam, na ótica do capitalismo e do Estado capitalista, a ilegalidade urbanística e jurídica, desobedecem às regras e normas de parcelamentos de solo urbano e da propriedade da terra” (Rodrigues, 2007, p.76). Na visão capitalista, regida atualmente pelo neoliberalismo, as ocupações de moradia irregular ocorrem devido ao aumento da população com um discurso de culpabilização especialmente a população migrante.

O latente déficit habitacional, o aumento da miséria e pobreza, o predomínio de relações de trabalho extremamente precarizadas e o desemprego estrutural são situações cotidianas das famílias da classe trabalhadora, o aumento da pauperização, intensificado com a crise do capital, torna as condições de vida nas periferias urbanas insustentáveis. Fruto da reestruturação produtiva, que avança na desregulamentação e flexibilização do trabalho, temos uma nova morfologia da classe trabalhadora, com novos desafios no tocante à organização de trabalhadores, em relação às conquistas e na compreensão das transformações estruturais do labor e suas consequências na reconfiguração do mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de alternativas dignas de vida assola os trabalhadores e trabalhadoras que vivem sob a égide da barbárie, da violência e sem expectativas de reais melhorias de vida, vivenciando de maneira imperiosa os limites do capital em sua fase destrutiva. Há um grande desafio de como organizar os trabalhadores e trabalhadoras nos grandes centros urbanos onde há concentração da força de trabalho, onde milhões sofrem desemprego, fome, falta de moradia, subemprego, informalidade.

O MST construiu propostas e lutas de enfrentamento aos ditames atuais do capital, a Comuna da Terra é a expressão do esforço da construção e síntese de experiências de luta pela terra em regiões metropolitanas com ocupações de terras e construção de assentamentos a partir da realidade da produção agroecológica, proximidade com o mercado consumidor e perfil urbano da base social. A Reforma Agrária Popular, enquanto programa agrário do MST, atualiza a luta pela reforma agrária na hegemonia do agronegócio, nas crises ambiental e social enquanto expressões da crise estrutural do capital, para isso foi necessário superar perspectivas clássicas de reforma agrária e recolocá-la atualizada.

Dessa maneira, o MV é expressão desses fatores: da pobreza e condições de vida precárias dos/as trabalhadores/as da metrópole campineira, bem como sua capacidade de

lutar contra o avanço da especulação imobiliária sob áreas rurais e pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, demonstra a capacidade de mobilização da luta pela terra nas metrópoles e o papel fundamental da disputa pela produção de alimentos saudáveis, cultivados pelas famílias do MV, em contraste com o rentismo predatório, representado pela FEEI e seus investidores. São duas formas opostas de desenvolvimento territorial, onde as questões de classe e meio-ambiente estão em pauta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo. MST quer fazer de Iaras novo Pontal. Entrevistador: José Maria Tomazela. **Agência Estado**, São Paulo, 11 out. 2009. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/mst-quer-fazer-de-iaras-novo-pontal#google_vignette. Acesso em: 10 maio 2022.

ALENTEJANO, Paulo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, 2020.

ANGOTTI, Tom. Novas teorias anti-urbanas para as metrópoles: “planeta de favelas” e regionalismo apocalíptico. **Revista PosFAUUSP**, n. 25, 357-366. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i25p357-366>. p. 357-366. Acesso em: 20 jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. **Contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1616201>. Acesso em: 18 ago 2020.

GOLDFARB, Yamila. Repensar a relação campo-cidade através das Comunas da Terra: os significados e desafios de um novo modelo de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: 2005. Disponível em

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/17.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Tassiana Barreto de Barros. O Acampamento Marielle Vive e a luta contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP (2018 – 2020). **Boletim DATALUTA**, [S. l.], v. 14, n. 168, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/53144>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. Lutar, Construir Reforma Agrária Popular. São Paulo: 2013.

NETO, João Augusto Andrade. **Cooperação e organização em assentamentos rurais: a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os "urbanos"**. Tese de Doutorado - Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Ano de obtenção: 2013. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/5361/2/TESE%20-%20Jo%C3%A3o%20Augusto%20de%20Andrade%20Neto%20%283%29.pdf>. Acesso em: jan 2023.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos Cebrap, n. 2, 1972.

OLIVEIRA, Gerson. Entrevista concedida à autora. Campinas, 15 out 2020.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados** [online]. 2009, v. 23, n. 66 [Acessado 5 Setembro 2022] , pp. 25-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>>. Epub 11 Mar 2010. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>.

RODRIGUES, A. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v.4, n.6, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, J. A configuração atual, os conflitos e as potencialidades das transformações sócio – espaciais na Região Metropolitana de Campinas. 53º ICA Congresso Internacional de Americanistas. 2009, Ciudad de México. **Anais do 53º Congresso Internacional de Americanistas**. Ciudad de México, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, Marcelo. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Submetido em abril de 2023

Aceito em: junho de 2024